

A DÉCADA DE 20 E A REVOLUÇÃO DE 1930

Raul de Andrada e Silva

Nesta série de palestras estamos celebrando um dos capítulos mais belos da história das lutas pela liberdade, em terras do Brasil. Hoje ainda não versaremos sobre a Revolução Paulista de 1932, cujo cinquentenário está sendo, como deve ser, condignamente comemorado. Devemos tratar dos seus antecedentes mais remotos, que dos mais próximos se ocupará, em palestra subsequente, o Acadêmico Odilon Nogueira de Matos.

Convém retrair tais antecedentes, para que se compreenda com maior clareza a marcha e o significado dos acontecimentos que levaram ao movimento constitucionalista de 1932. Com esse objetivo, recuemos até a década de 1920, ou seja, o último decênio da Primeira República, também chamada República Velha, derruída pela Revolução de 1930. Aquele decênio de 1920, como se sabe, está marcado pela irrupção de sucessivos movimentos armados que precederam e, de certo modo, provocaram a mencionada revolução de 1930.

Antes, porém, lembremos que a história da Primeira República registra grandes momentos. Os seus maiores estadistas, alguns provinidos do regime monárquico, como Rio Branco, Rui Barbosa e Joaquim Nabuco, os Conselheiros Rodrigues Alves e Afonso Pena, ambos presidentes da República, e bem assim os próceres genuinamente republicanos, como Campos Sales e Prudente de Moraes, também presidentes, os grandes estadistas da Primeira República asseguraram o respeito e o renome do Brasil no exterior. A diplomacia nacional atingiu o apogeu com a presença do Barão do Rio Branco na chefia do Ministério das Relações Exteriores. A oratória política e o saber jurídico de Rui Barbosa projetaram-se com extraordinário fulgor na Conferência da Paz, de Haia, em 1907. Ecoavam no estrangeiro as descobertas no campo da biologia e da medicina tropical, pelos cientistas do Instituto de Manguinhos, capitaneados pelo grande Oswaldo Cruz, nome internacionalmente celebrado. Enquanto internamente, a prodigiosa expansão do café, primeiro produto de nossas exportações, criava capitais bastantes para que, com mais o concurso do capital estrangeiro, o país erguesse novas indústrias e adquirisse o equipamento necessário ao aparelhamento material de seus portos, ferrovias e estradas de rodagem. As manifestações da vida cultural acompanhavam esse progresso econômico e a administração pública, malgrado as conhecidas lacunas da máquina burocrática, no conjunto era satisfatória. Entretanto, o período da Primeira República encerrou-se entre uma série de levantes armados.

É que a atividade política, a despeito da presença de alguns grandes vultos parlamentares, era eivada de vícios e mazelas, que acabaram

por comprometê-la irremediavelmente. Os partidos — os vários partidos republicanos estaduais — continuavam a ser, como no passado, meros agrupamentos de políticos, que viam na ascensão aos postos públicos uma carreira a realizar, salvo honrosas exceções. Os programas partidários não passavam de formalidade que poucos pensavam em realizar. A direção dos partidos e dos negócios públicos estava na dependência das oligarquias rurais, em torno de cujos interesses e poder pessoal girava a atividade política do interior. O empresariado industrial das cidades apenas começava a pesar na vida político-partidária. Os partidos representavam sobretudo as oligarquias e muito pouco os setores médios, menos ainda o proletariado incipiente. Nesse contexto é que apareceu a figura do “coronel”, o poderoso chefe da política municipal, que tinha sob sua dependência numerosa clientela, dominava as eleições locais, dele dependendo a vitória dos candidatos. Por outro lado, o regime republicano correspondia ao predomínio de uma nova aristocracia territorial que sucedera à dos barões do café da época imperial. Não muito diferente desta antiga aristocracia agrária, no plano dos interesses econômicos, mas de mentalidade republicana. Era a República dos Fazendeiros. O Brasil era uma nação em que a maioria popular não tinha expressão política e estava à margem da vida pública, submetida ao comando da minoria cultivada. Na grande maioria, os eleitores eram incapacitados para o exercício do voto e, por isso, se sujeitavam ao mandonismo político. E os detentores do poder, os políticos, ficavam vinculados aos condutores da massa eleitoral. Assegurando seus votos aos candidatos governistas, nas eleições estaduais e federais, os chefes políticos do interior garantiam sua liberdade de ação para dominar seus municípios. Essa era a estrutura do sistema político-eleitoral, característico da Primeira República. Só ocasional e excepcionalmente apareciam “coronéis” opositoristas. A vocação do coronelismo era essencialmente governista. E completando esse conluio de forças, os governos estaduais usavam o poder público para fins de política partidária. O processo eleitoral não estava isento de pressões das autoridades policiais, de fraudes e da manipulação dos boletins de votação. Utilizavam-se as finanças públicas, as nomeações para cargos do funcionalismo, como meios de composição de interesses, na barganha dos negócios políticos. Sem receita pública suficiente, cerceados na composição de seu próprio governo, em suma, submetidos ao poder estadual, na dependência deste poder ficavam os municípios para alcançar algum progresso. Esta ascendência e ingerência do poder do Estado garantia-lhe o apoio dos “coronéis” do interior. Note-se que o vocábulo “coronel” tem aqui sentido exclusivamente político.

No plano federal, o reconhecimento de poderes ou seja o reconhecimento do mandato dos representantes eleitos do povo, pelo governo central, era um vício que comprometia o caráter democrático do regime republicano. Revestido dessa faculdade, podia o Presidente da República

afastar do parlamento nacional os deputados que não agradassem o governo. Eram as chamadas “degolas”, que atingiam representantes eleitos da oposição. Essas e outras práticas antidemocráticas mereciam a repulsa da parcela esclarecida da opinião pública liberal, esclarecida porém minoritária, que se manifestava nos jornais independentes. Repulsa que foi crescendo até desembocar na contestação dos movimentos armados.

As finanças públicas estavam em situação delicada, atingidas por males que parecem crônicos: endividamento externo, déficit constante nos orçamentos governamentais, além das perturbações que afetavam a lavoura e o comércio do café, em crise de superprodução desde princípios deste século. O Congresso nacional não hesitava em aumentar seus próprios subsídios, enquanto o governo tinha dificuldade em conceder o reclamado aumento ao funcionalismo público. E paralelamente à oposição dos grandes Estados ao Presidente Epitácio Pessoa contra esse estado de coisas, manifestavam-se os primeiros sintomas de descontentamento e inquietação dos militares. Já agora não tanto a oficialidade superior, mas os oficiais de média e baixa patente e os suboficiais.

Nessa conjuntura tumultuada, a sucessão de Epitácio Pessoa criou delicado problema. Sem a unanimidade dos partidos regionais, escolheu-se o nome de Artur Bernardes para a presidência enquanto se agravava a oposição dos grandes Estados a Epitácio Pessoa. Agravou-se a crise econômica em 1920, como o demonstram as greves operárias de 1919 e 1921. Sinal da deterioração dos costumes políticos foi o caso das “cartas falsas”, indiscutivelmente forjadas, mas cuja autoria foi malignamente atribuída a Artur Bernardes e que continham grosseiras injúrias ao Exército.

Nesse ambiente de agitação, sucediam-se os atritos entre os militares e o poder civil, havendo também generais legalistas que se mantinham fiéis ao governo. E as eleições presidenciais puderam realizar-se, saindo eleito Artur Bernardes com mais 1.500.000 votos contra pouco mais 700.000 dados a seu opositor, Nilo Peçanha. Como sempre, a oposição arguiu as eleições de viciosas e reclamou a verificação das apurações por um Tribunal de Honra. Por fim, deflagrou-se a revolução a 5 de julho de 1922, visando a derrubar a situação dominante a levar a oposição ao poder. A rebelião não se desencadeou em todos os Estados, falhando o plano de um movimento geral por indecisão dos chefes oposicionistas e das patentes superiores do Exército. Assim, à exceção dos Generais Ximeno de Villeroy e Joaquim Inácio, os outros eram oficiais subalternos. Foi uma revolução de capitães e tenentes, quer dizer de jovens.

Desde a madrugada de 3 de julho a guarnição do Forte de Copacabana se preparava e na antemanhã do dia 5 os seus canhões fizeram os primeiros disparos. Havendo-se malgrado a insurreição de outros contingentes, o Forte ficou isolado. E ante a investida final da tropa legalis-

ta, foi franqueada a saída dos que quisessem. Dos seus 300 homens restaram 17, que avançaram pela praia de Copacabana, onde juntou-se a eles o civil Otávio Correia. Ficaram conhecidos na história revolucionária brasileira como os "18 do Forte". Do tiroteio com os legalistas, salvaram-se apenas os tenentes Siqueira Campos e Eduardo Gomes, gravemente feridos, morrendo os demais. Ao visitar os sobreviventes no hospital, teve o Presidente Epitácio Pessoa a conhecida frase de efeito: "Tanta bravura por uma causa tão ingrata". Todavia, a causa não estava morta.

Seguiu-se a reação governamental: o Presidente obteve do Congresso a votação do estado de sítio, sob o qual encerrou-se o seu contestado governo e foi empossado o governo seguinte, de Artur Bernardes. Aprovou também o Congresso a Lei de Imprensa, com a qual se pretendia calar ou controlar os jornais independentes: o **Correio da Manhã**, o **Estado de S. Paulo**. Entretanto, não eram muito volumosas as correntes de opinião contrárias a essas medidas de exceção. No fundo, nem mesmo os setores dissidentes das velhas oligarquias (no Estado do Rio e no Rio Grande do Sul) desejavam a revolução. Compostas essas oligarquias com os Comandos superiores das Forças Armadas, a Primeira República ainda perduraria pelo octênio dos seus dois últimos presidentes, Artur Bernardes e Washington Luís. Mas não sobreviveu sem o advento de outras revoluções.

Como fenômeno político-militar, o **tenentismo** se manifesta a partir da década de 20, para atingir sua expressão máxima na Revolução de 1930. Por **tenentismo** pode-se entender, essencialmente, a participação da oficialidade subalterna na vida política e na ação revolucionária. Mas, é um estado de espírito capaz de aliciar também oficiais das patentes mais altas, bem assim civis integrados na causa da Revolução, como por exemplo, os caudilhos gaúchos Zeca Neto e Honório de Lemos, Lourenço Moreira Lima, o major Sira e Filogônio de Carvalho.

Depois da sua turbulenta eleição, o Presidente Bernardes conseguiu prorrogar o estado de sítio até o final de 1923; e sob esse regime de exceção decorrerá quase todo o seu mandato presidencial. Mas, o seu governo teve de haver-se com alguns movimentos armados. No Rio Grande do Sul, a luta entre as facções rivais de Borges de Medeiros, que pleiteava sua reeleição ao governo do Estado, e de Assis Brasil, que também se candidatara, desembocou na revolução de 1923. Só em outubro daquele ano, após meses de guerra civil, chegou-se ao acordo de Pedras Altas, que pôs termo à luta, com a mediação do General Setembrino de Carvalho, então Ministro da Guerra. As interferências do governo federal nos Estados do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul refletem a política autoritária do Presidente Bernardes e a sua determinação de sujeitar seus adversários políticos. A mentalidade dos dirigentes quase sempre era facciosa e a tendência dos governantes em geral era de confundir os problemas políticos com casos de ordem pessoal, considerando anárquica e perigosa

qualquer ação oposicionista. Mas, a média burguesia e a massa trabalhadora começavam a dar mostras de não aceitar passivamente o governo oligárquico.

Para vencer toda espécie de oposicionismo, o governo federal apelou para as impopulares medidas de exceção: o estado de sítio, com todo o seu cortejo de repressões, a lei de imprensa, finalmente aprovada, os processos dos oficiais rebeldes de 1922 e as transferências de oficiais suspeitos. Por outro lado, o Presidente Bernardes conservou o apoio seguro da maioria das oligarquias regionais e do Congresso federal.

Enquanto isso, processava-se a rearticulação revolucionária que, pela falta de coesão dos opositores políticos, concentrou-se cada vez mais na ação dos chefes militares (General Isidoro Dias Lopes e os “tenentes”). Em São Paulo, eles obtêm o apoio da Força Pública, com o Coronel Miguel Costa, e aqui teve início a revolução, na madrugada de 5 de julho de 1924. Ao amanhecer o dia, grande parte da tropa aquartelada na Capital tinha aderido ou estava aprisionada. As estações ferroviárias e o telégrafo nacional, ocupados. Mas, no Palácio dos Campos Elíseos (então residência do Presidente do Estado), a força legalista resistia, até que, aconselhado pelos militares, o Presidente Carlos de Campos retirou-se para Guaiaúna, nos arredores da Capital. Com o centro da cidade dominado pelos revoltosos, o comando legalista decidiu organizar a contra-ofensiva a partir dos bairros extremos: Cambuci, Ipiranga, Penha, Belenzinho, por onde podiam receber reforços. O lado oeste da cidade continuava livre para os rebeldes e nessa direção, pela Estação da Luz, na madrugada de 27 de julho, deu-se a retirada, ordenada pelo General Isidoro para poupar o sacrifício inútil de seus homens e prosseguir na luta em outras regiões.

A revolução havia se irradiado pelo interior paulista, onde colunas rebeldes tinham ocupado várias cidades: Jundiaí, Campinas, Itu, Rio Claro, entre outras. A ação da “Coluna da Morte”, destacamento móvel do Tenente João Cabanas, que ocupou Campinas e Bauru, facilitou a fuga até esta última cidade. Pela Sorocabana, a “Coluna” atingiu Botucatu e depois de passar por Assis, alcançou o rio Paraná, atacando Três Lagoas. Dali, rumou para o Paraná, onde, por algum tempo, enfrentou as tropas legalistas em Catanduvas; e finalmente, em Foz do Iguaçu, encontrou-se com a coluna paulista do General Isidoro e de Miguel Costa. Esses contingentes logo seriam reforçados pelos rebeldes do Rio Grande do Sul comandados pelo Capitão Luís Carlos Prestes.

Deixamos de pormenorizar o movimento revolucionário em outros Estados, mencionando apenas que houve levantes em Mato Grosso, em Sergipe e no Amazonas. No Rio Grande do Sul, a rebelião só estourou em 29 de outubro, quando se articulou com a coluna paulista, por intermédio de seus oficiais João Alberto, Juarez Távora e Siqueira

Campos, que também combateram no Sul. Houve a adesão de civis e de combatentes do caudilho Honório de Lemos. Inferiores em número e armamento para enfrentar os legalistas, partiram os revolucionários ao encontro da coluna paulista, no porto de Santa Helena, sobre o rio Paraná; e ali os chefes decidem prosseguir a campanha pelo Brasil afora, numa tentativa de levantar as populações do interior. O General Isidoro iria à Argentina rearticular os exilados e obter fundos de guerra.

Enquanto isso, o governo federal desfechava a reação. O estado de sítio, suspenso em 31 de dezembro de 1923, foi de novo decretado no primeiro dia da Revolução de 1924 e sucessivamente prorrogado até o fim do governo Bernardes. Multiplicaram-se as prisões. Era a época do malsinado presídio da Clevelândia. Multiplicaram-se os processos-crimes e as arbitrariedades. Só na Câmara dos Deputados, por um reduzido número de oposicionistas, e nos jornais independentes, ergueram-se protestos que, todavia, não chegaram a abalar a forte coligação do governo federal, dos governos estaduais, das oligarquias rurais e urbanas que os apoiavam, dos jornais conservadores e da maioria das forças armadas.

Entretanto, a revolução perseverava e a ação revolucionária então mais relevante foi a da famosa **Coluna Prestes**, reforçados pelos elementos da coluna paulista de Miguel Costa. De 29 de abril de 1925 a 3 de fevereiro de 1927, quando se internou na Bolívia, a Coluna Prestes percorreu 24.000 quilômetros, somando-se as marchas dos seus destacamentos, pelas terras de Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, Bahia, Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba, Pernambuco, saindo desses Estados e a eles voltando, numa constante guerra de movimento em que Prestes se revelou um estrategista invencível. Seus contingentes eram renovados por voluntários civis e militares. Mas, as populações sertanejas que a Coluna pretendia motivar foram insensíveis à presença revolucionária, ora por temor, ora por incompreensão, ora por instinto de defesa. Não foi, porém, esmagada a revolução, nem capturados os seus chefes e a maioria de seus componentes.

Quanto à política interna do país, a reforma da Constituição republicana de 1891, se não feria a estrutura essencial do regime político, vinha reforçar o poder e a autoridade do governo federal. E o governo Bernardes assim terminava, aparentemente sob maus prenúncios. No entanto, a sucessão presidencial foi pacífica. Concentraram-se as forças partidárias de São Paulo e Minas Gerais, os dois Estados preponderantes, em torno dos nomes de Washington Luís, para Presidente, e Melo Viana, para Vice-Presidente. Nenhuma eleição anterior suscitara tanta aceitação e simpatia como esta. Dissipava-se, momentaneamente ao menos, a tensão geral provocada pelo autoritarismo reacionário dos dois governos precedentes. E os primeiros atos do novo Presidente corresponderam à confiança da opinião pública: libertação dos presos e extinção dos presídios políticos (Clevelândia, Ilha da Trindade), atenuação da censura e livramento dos jornalistas in-

cursos na Lei de Imprensa, fim progressivo do estado de sítio, só o mantendo o governo nos Estados onde havia focos revolucionários, para revogá-lo inteiramente em 1927.

Mas não tardou que se reacendesse a oposição, em face da resistência, a princípio velada, a seguir declarada do governo ao projeto de anistia geral aos revolucionários, desde 1922. E os processos contra eles persistiram até 1929, com grande número de condenados. No fundo, o governo continuava conservador, fechado a profundas reformas sociais, pouco sensível às reivindicações do operariado. Algumas correntes da oposição organizaram-se politicamente: em São Paulo, o Partido Democrático elegia três deputados federais em 1927 (Marrey Júnior, Francisco Morato e Paulo Morais Barros); no Rio de Janeiro formou-se o Partido da Mocidade, de escasso eleitorado, e no Rio Grande do Sul, o Partido Libertador. A Liga do Voto Secreto batia-se pela adoção deste sistema eleitoral. Ao mesmo tempo, no exílio, os chefes revolucionários acompanhavam os acontecimentos do país, mas entendiam não haver ainda condições para a retomada do processo revolucionário.

O ponto capital do programa de governo de Washington Luís residia na reforma financeira para valorizar a moeda nacional. Reforma de incontestável oportunidade e alcance. Mas, a valorização do cruzeiro veio a ser comprometida pela crise mundial de 1929. Os efeitos dessa crise, originariamente norte-americana, irradiaram-se pelo mundo ocidental, cuja economia era dependente da economia daquele país. Sem entrar na análise geral do fato, que não vem ao caso neste momento, e que nos levaria muito longe, limitamo-nos a lembrar as repercussões dessa crise no mundo exterior. Logo após o ano crítico, em 1930, as exportações dos Estados Unidos tinham caído a um nível de 2/3 abaixo do de 1929. Neste mercado, principal comprador dos produtos brasileiros, e noutros mercados, haviam baixado sensivelmente os preços do café. A cotação da libra-peso de café, tipo Santos-4, que a partir de 1924 se mantivera acima de 20 centavos dólar norte americano, passou a oscilar em torno de 10, baixando para menos de 8 posteriormente. E o valor das exportações brasileiras, que atingira a média de mais de 88 milhões de libras esterlinas ouro no quinquênio de 1926/30, caiu para 38 milhões. Diminuíam assim as entradas provenientes da nossa principal fonte de divisas estrangeiras, dificultando e encarecendo nossas compras no exterior, com penosa repercussão em todos os ramos da economia brasileira: agricultura, indústria e comércio. Interrompeu-se o afluxo regular de capitais estrangeiros, indispensáveis à economia nacional e ao equilíbrio das finanças. Daí, o saldo negativo nas contas externas do país. Daí, a desvalorização da moeda nacional, apesar das restrições cambiais adotadas: o valor da libra esterlina em mil réis subiu de 40, em 1929, a quase 60, em 1934. O serviço da dívida externa foi suspenso e dosadas as remessas para o exterior mediante rígido controle cambial.

Esse grave componente econômico veio somar-se aos outros fermentos de agitação político-social. Nessa aguda conjuntura se desfechou a crise da sucessão presidencial, que desembocaria na Revolução de 1930.

Reinavam então novas condições que dificultavam a indicação de candidatos à Presidência, conforme o sistema tradicional das combinações entre as chefias dos partidos republicanos estaduais, sendo os nomes assim escolhidos sufragados numa Convenção final. As resistências a tal sistema eram possíveis graças ao aparecimento de partidos oposicionistas, o Partido Democrático em São Paulo, e o Partido Libertador, no Rio Grande do Sul, por exemplo; e também pela presença dos quadros do tenentismo, oriundos das revoluções armadas da década de 20, e que, mesmo do exterior, onde estavam exilados os seus líderes, articulavam-se com as oposições. Dessa aliança de forças, sairia a Revolução de 1930.

Washington Luís pretendia ver eleito Júlio Prestes, Presidente de São Paulo, antigo líder da maioria na Câmara dos Deputados, político da nova geração, homem de idéias novas, em cuja pessoa o Presidente da República encontraria o continuador da sua obra político-administrativa, financeira e de defesa do café. Mas, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, Presidente de Minas Gerais, que nutria ambições presidenciais, procurou fazer valer o acordo tácito entre o seu Estado e o de São Paulo, a chamada política do “café com leite”, segundo a qual a um paulista sucederia um mineiro ou vice-versa. A Bernardes sucedera Washington; agora seria a vez de um mineiro. Antônio Carlos realizara em Minas um governo até certo ponto renovador, com o aplauso da oposição: lei sobre o voto secreto, reforma do ensino, respeito à liberdade dos oposicionistas nas eleições estaduais. Outra demonstração de que as elites dirigentes começavam a sensibilizar-se por essas reformas encontra-se na plataforma de Júlio Prestes, como candidato à Presidência da República. Nesse documento, afirmava ele a disposição de fazer votar um Código do Trabalho assecuratório dos direitos do operariado; bem assim a mudança da legislação eleitoral a fim de melhor garantir o exercício do direito de voto e sanear as eleições dos vícios que pudessem comprometer-lhe a autenticidade. E dizia textualmente: “A criação de uma justiça especializada para os atos da vida civil e dos direitos políticos dos cidadãos será o primeiro passo para a regeneração dos costumes e para o triunfo da verdade eleitoral.”

Para opor-se à candidatura paulista, concertou-se a coligação entre as forças políticas de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul em apoio ao nome de Getúlio Vargas, que fora Ministro da Fazenda de Washington Luís e, no momento, era Presidente do Rio Grande. Alicerçou-se desse modo a “Aliança Liberal”, formalizada em 17 de junho de 1929 e que só conseguiu como candidato à vice-presidência João Pessoa, Presidente da Paraíba. Os três Estados coligados contavam com o apoio eleitoral de pequenas oposições estaduais e parte do eleitorado urbano. Era notória a despropor-

ção de forças a favor do candidato paulista. E apesar da popularidade da campanha da Aliança Liberal, da repercussão de seus comícios, em que o povo aplaudia o programa aliancista (anistia, voto secreto, revogação das leis restritivas da liberdade de pensamento, justiça social etc.), Júlio Prestes venceu a eleição de 19 de março de 1930 por mais de um milhão de votos contra pouco mais de oitocentos mil dados a Getúlio Vargas. Esta eleição foi o marco divisório entre a solução legal da crise política, que se malogrou, e a solução revolucionária, que se lhe seguiu. De um episódio a outro, decorreu o breve interregno durante o qual se precipitaram os acontecimentos que levaram à revolução de outubro.

Todavia, nem os chefes da Aliança Liberal, nem as forças situacionistas, estas e aqueles igualmente conservadores, desejavam a revolução. Todos temiam suas conseqüências imprevisíveis. Estavam, por isso, de Borges de Medeiros a Antônio Carlos, de Getúlio Vargas a João Pessoa, propensos a acatar o resultado das urnas e esperar a posse de Júlio Prestes, malgrado os velhos vícios que a eleição pudesse ter tido. Por outro lado, não surtiram efeito, no momento, todas as articulações com os chefes revolucionários, havia algum tempo tentadas pelos dissidentes políticos mais jovens (Paulo Nogueira Filho, João Neves da Fontoura, Oswaldo Aranha). Luís Carlos Prestes, que afirmara não acreditar numa revolução com políticos do passado, aderiu ao comunismo, desencorajando as referidas articulações. Tudo, em suma, parecia contrariar os planos revolucionários, quando os acontecimentos da Paraíba vieram provocar o movimento armado. Antes disso, porém, o governo federal adotara uma linha inflexível em relação a seus adversários políticos. Entre abril e maio de 1930, foram “degolados” 14 deputados situacionistas de Minas e todos os da Paraíba.

João Pessoa, empossado em 1928 no governo paraibano, empreendera uma ação saneadora, tomando medidas drásticas contra maus juízes e membros da Força Pública. Mas, várias de suas decisões foram arbitrárias e atingiram os interesses de certos chefes e “coronéis” do sertão. A política tributária, que obrigava a entrada de todas as mercadorias pelo porto de Cabedelo, para que não escapassem ao pagamento de tributos, em vez de entrarem pela fronteira com Pernambuco, no interior, afetou fortemente a rica região de Princesa. O “coronel” dominante nessa região, José Pereira, rompeu com João Pessoa em fevereiro de 1930 e no mês seguinte desencadeava-se a luta armada. O governo estadual não dispunha de armamento bastante para debelar a revolta. E o Presidente Washington Luís embargou a importação de armas pela Paraíba, cercada de Estados hostis. Ao Congresso Nacional, que estava para entrar em função em maio, Washington Luís recomendava estudasse a intervenção federal no Estado conflagrado. Mas em 25 de julho era assassinado João Pessoa, por questões meramente particulares. Só então se dá a intervenção

federal e a pacificação de Princesa. Entretanto, a morte do presidente paraibano foi denunciada ao povo, pelos adversários do governo federal, como ato político, que comoveu a nação. E o movimento revolucionário foi retomado.

Logo após a eleição de março tinham sido reatadas as consultas e sondagens entre as alas da oposição mais radical, os elementos jovens das elites rebeladas e os "tenentes" exilados. Mas, as negociações se desenvolviam entre marchas e contramarchas, avanços e recuos, com as indecisões dos chefes mais graduados, sem que chegassem a um plano coordenado. O movimento revolucionário se desintegrava e tendia a desaparecer, quando ocorreu o assassinato de João Pessoa. Seu sepultamento no Rio converteu-se em manifestação pública contra o governo. E as forças revolucionárias foram-se rearticulando, principalmente nos Estados em que as dissidências políticas tinham formado a Aliança Liberal (Rio Grande do Sul, Minas e Paraíba), mas também noutros pontos do Nordeste, em São Paulo, em Mato Grosso. Até o velho Borges de Medeiros deu sua adesão.

O movimento irrompeu a 3 de outubro de 1930 e já no dia 5 irradiava-se por Santa Catarina e Paraná. Em Minas, começou o levante no mesmo dia e hora, não tardando, como no Rio Grande do Sul, o domínio total do território do Estado. No Nordeste, os revoltosos igualmente ocuparam todos os Estados. Em poucos dias só resistiam São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Pará. O Presidente Washington Luís agia energicamente, mas parecia muito difícil esmagar a rebelião. E no Rio de Janeiro, os oficiais generais decidiram intervir para pôr termo à luta. Constituiu-se uma Junta Governativa formada pelos Generais Tasso Fragoso e Mena Barreto e pelo Almirante Isaias de Noronha. O Palácio do Catete foi cercado e o Presidente da República declarado prisioneiro. Mas, para que Washington Luís se entregasse foi necessária a intervenção pessoal do Cardeal D. Sebastião Leme. O Presidente caiu com a mesma dignidade com que viveu, no seu longo exílio, em Portugal. A mesma dignidade que, na emergência, revelou Júlio Prestes. Por isso, o regresso de ambos teve o caráter de desagravo e de consagração pública.

A Junta pretendeu manter-se no poder, chegando a nomear Ministério, com o que não concordaram os revolucionários, cuja marcha prosseguiu até a entrada de Getúlio Vargas na Capital Federal, em 30 de outubro.

Se, as forças fiéis ao velho PRP rejeitaram a revolução, é inequívoco que os setores da opinião pública contrários à situação passada, acolheram a vitória de outubro como a aurora da redenção nacional. As idéias essenciais da revolução eram as mesmas da propaganda oposicionista: reforma eleitoral pelo voto secreto, liberdade de opinião e respeito aos direitos individuais, restauração da moralidade administrativa, reformas sociais.

Mas, as primeiras decepções não tardariam e deste assunto lhes falará, em palestra subsequente e com sua habitual maestria, o Acadêmico Odilon Nogueira de Matos. Por outro lado, é indiscutível que a revolução estimulou uma era de renovação não somente das instituições políticas, mas também dos estudos históricos, sociológicos, econômicos e culturais, em nosso país. Por essa mesma linha renovadora, orientou-se a revolução paulista de 1932, que veio reacender o ideal constitucionalista, ameaçado pelo regime discricionário implantado em 1930.

Como se acaba de ver, a História nos demonstra que a conquista da liberdade é árdua e penosa. A estrada que a ela conduz nem sempre é um caminho suave. Muitas vezes deve-se avançar sob um céu tenebroso, toldado de nuvens escuras. Mas, de repente ameniza-se o caminho palmilhado, desanuvia-se o horizonte, clareado de sol, e pode-se divisar já próximo o alvo desejado. A conquista da liberdade nunca foi, nunca será fácil. Mas vale a pena lutar e continuar lutando por ela.

*